



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10480.004964/94-61  
Recurso nº : 116.956  
Matéria : IRPJ e OUTROS – EX(s): 1990 e 1991  
Recorrente : BORBOREMA IMPERIAL TRANSPORTES LTDA.  
Recorrida : DRJ em RECIFE - PE  
Sessão de : 09 de novembro de 1999.  
Acórdão nº : 103-20.138

**IRPJ – CORREÇÃO MONETÁRIA – ADIANTAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO** – A partir do período-base encerrado em 1989, por força do Artigo 4º da Lei Nº 7.799/89, é legítima a exigência de correção monetária dos adiantamentos feito a fornecedores para a aquisição de bens destinados ao Ativo Permanente da pessoa jurídica.

**CSSL – PROCESSO DECORRENTE** – Tratando-se da mesma matéria fática, a decisão dada ao lançamento principal, constitui coisa julgada em relação a exigência reflexiva.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por BORBOREMA IMPERIAL TRANSPORTES LTDA.,

**ACORDAM** os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, **NEGAR** provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER  
PRESIDENTE

SILVIO GOMES CARDOZO  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 10 DEZ 1999

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NEICYR DE ALMEIDA, MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, MARY ELBE GOMES QUEIROZ MAIA (Suplente Convocada), LÚCIA ROSA SILVA SANTOS E VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

Recurso nº : 116.956  
Recorrente : BORBOREMA IMPERIAL TRANSPORTES LTDA.

## RELATÓRIO

BORBOREMA IMPERIAL TRANSPORTES LTDA., já qualificada nos autos do processo, recorre a este Conselho de Contribuintes, no sentido de ver reformada a decisão prolatada pela autoridade julgadora de primeira instância que manteve, em parte, a exigência fiscal consubstanciada nos Autos de Infração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (fls. 03/08) e reflexos do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre o Lucro Líquido (fls. 09/12), da Contribuição Social sobre o Lucro (fls. 13/16) e da Multa por atraso na entrega da Declaração, referentes aos exercícios de 1990 e 1991.

O presente lançamento teve origem na fiscalização levada a efeito junto à contribuinte, acima identificada, culminando com a lavratura dos aludidos autos de infração e diz respeito às seguintes irregularidades, assim descritas no "Termo de Encerramento de Ação Fiscal" (fls. 17/20) :

1. glosa de despesas de depreciação, tendo em vista que a contribuinte começou a apropriar estas despesas, sobre ônibus adquiridos no período-base de 1989, a partir das datas de emissão das notas fiscais de aquisição, quando o correto, conforme dispõe o Artigo 198, Parágrafo 4º do RIR/80, seria iniciar a depreciação destes bens, a partir do momento em que estes veículos fossem postos em funcionamento;
2. falta de apropriação da correção monetária de balanço, sobre valores registrados como "adiantamento a fornecedor para aquisição de bens do ativo imobilizado", nos períodos-base de 1989 e 1990.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

Não se conformando com o lançamento efetuado a contribuinte apresentou, tempestivamente, Impugnação (fls. 53/59), acompanhada dos documentos de folhas 60/127, na qual, em resumo, alegou que:

1. a fiscalização tomou como data-base, para o início da apropriação dos encargos de depreciação sobre veículos adquiridos, o mês da expedição do registro de propriedade pelo DETRAN, quando, na verdade, os mesmos foram postos em serviço após o pagamento das taxas de licenciamento, o que ocorreu antes daquele fato. Por outro lado, a EMTU exige, para que veículos novos entrem em circulação, que seja requerido pela operadora sua inclusão naquela empresa mediante descrição de suas características, tais como: número de ordem e de placa, o que só é possível mediante o pagamento das taxas de licenciamento, conforme prova com os documentos de Nº 01 a 06 (fls. 60/127);
2. de acordo com o demonstrativo anexo, documento de Nº 07 (fls. 110), os cálculos foram refeitos, restando uma diferença tributável, no valor de Ncz\$ 35.706,82, razão pela qual deve ser excluída do valor apurado pelo fisco a importância de Ncz\$ 118.308,10;
3. quanto à falta de registro da correção monetária sobre adiantamento ao fornecedor Imperial Diesel S/A., efetuada em 04/05/89 e que perdurou de direito, até 02/06/89, quando os bens foram faturados e entregues à impugnante, tendo em vista que tal obrigatoriedade só surgiu através da Lei Nº 7.799, de 10/07/89, é o lançamento improcedente por falta de previsão legal. E, caso fosse devida a correção monetária, deveria ser calculada apenas pela variação do valor do BTN do mês de maio/89 para o do mês de junho/89;
4. no ano de 1990, ocorreram diversos adiantamentos a fornecedores de bens



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

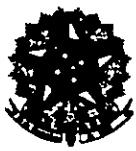
Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

sujeitos à correção monetária, que foram corrigidos monetariamente diretamente nas contas do ativo permanente, a partir do registro das respectivas notas fiscais de aquisição dos referidos bens, ou seja, de sua incorporação ao ativo imobilizado, conforme demonstra o relatório SCP 210, do controle patrimonial, constante do documento Nº 8, anexado aos autos. Ocorre, que a baixa contábil dos adiantamentos não foi efetuada na mesma data, o que levou o fisco a concluir pela existência da correção entre a data do adiantamento e a data da baixa contábil; pelo exposto, a tributação deverá incidir sobre a importância de Cr\$ 10.337.170,74, uma vez que a correção monetária efetuou-se sobre bens incorporados ao ativo permanente, a partir da data de aquisição;

5. descabe a exigência da Multa por Atraso na Entrega da Declaração de Rendimentos, uma vez que a Declaração de Rendimentos, do exercício de 1991 foi, entregue tempestivamente.

Finalizou, alegando que recolheu os valores que considerou efetivamente devidos, a título de IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro e Imposto de Renda na Fonte sobre o Lucro Líquido e demais acréscimos, relativo ao item de correção monetária do adiantamento do exercício 1991, que considerou devido, tendo inclusive, anexado cópias dos respectivos DARF's e requerendo a parcial improcedência dos autos de infração e a homologação dos pagamentos efetuados.

A autoridade julgadora de primeira instância, através da Decisão DRJ/Recife Nº 1.222/97 (fls. 208/216), julgou procedente em parte o presente lançamento para cancelar a exigência relativa a glosa da despesa de depreciação, apropriada no período-base de 1989, excluindo da base de cálculo a importância de NCz\$ 118.308,10, tendo em vista que, os documentos apresentados pela autuada conduzem ao entendimento de que os bens se encontravam aptos a entrar em



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

operação, no momento em que foi requerida à EMTU a autorização para inclusão dos mesmos à frota, uma vez que já se encontravam devidamente identificados pelo número de licença concedido pelo órgão de trânsito.

No que diz respeito à exigência reflexa do Imposto de Renda na Fonte, lançada com base no Artigo 35 da Lei Nº 7.713/88, deve ser cancelada, de acordo com o disposto na IN/SRF Nº 63/97, haja visto, que no Contrato Social da autuada, não consta previsão para distribuição aos sócios, do lucro líquido.

Quanto a exigência da Contribuição Social sobre o Lucro, deve ser mantida, posto que a tributação reflexa é matéria consagrada na jurisprudência administrativa e amparada pela legislação de regência, sendo que a decisão dada ao Auto de Infração Matriz, é estendida ao lançamento decorrente, em virtude da íntima relação de causa e efeito.

Cancelou ainda a multa por atraso na entrega da declaração de rendimentos, em razão da mesma ter sido realizada dentro do prazo de prorrogação estabelecido pela Secretaria da Receita Federal, assim como, a aplicação da TRD como juros de mora, no período compreendido entre 04/02/91 a 29/07/91, por força do disposto no Artigo 1º da Instrução Normativa SRF Nº 32/97.

Determinou, também, a Decisão, que se proceda a imputação do valor pago pela contribuinte, através dos DARF's, às folhas 125/126, em relação ao "quantum" devido, prosseguindo a cobrança do saldo remanescente.

Quanto as matérias mantidas, a referida decisão está, em resumo, assim fundamentada:



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

1. a empresa procedeu ao cálculo da correção monetária do balanço, referente ao exercício encerrado em 31/12/89, tendo apurado saldo credor, no valor de NCz\$ 5.736.942,00, conforme consta da sua declaração de rendimentos às folhas 41;
2. assim procedendo, a impugnante reconheceu a eficácia do procedimento estabelecido na Lei Nº 7.799/89, visto que calculou a correção monetária em relação a pelo menos uma das contas elencadas no dispositivo legal em comento, logo, o cálculo da correção, haveria de ser feito para todas as contas, inclusive aquela relativa a adiantamento a fornecedores de bens sujeitos à correção, razão porque é cabível a apuração de parcela do saldo credor de correção monetária, mediante procedimento de ofício;
3. quanto ao período de sujeição da conta à correção monetária, em função do adiantamento operado, a empresa não comprovou o início do procedimento de correção monetária dos veículos adquiridos em 02/06/89, razão porque deve ser mantido o valor tributável, apurado pelo autuante;
4. com relação aos adiantamentos ocorridos no ano-base de 1990 e relacionados no Termo de Encerramento de Ação Fiscal (fls. 19), uma vez que a empresa não comprovou suas alegações, pois, além de não anexar cópias das notas fiscais de aquisição dos bens, o documento intitulado de "Relação dos itens incorporados ao ativo permanente e PL no período de 01/01/89 a 31/12/90" (fls. 111/121), difere das datas e/ou valores apontadas no anexo 9 (fls. 122/123), deve ser mantida incólume a exigência tributária.

Cientificada da decisão proferida na primeira instância, em 19/03/98, a recorrente apresentou recurso voluntário (fls. 221/227), protocolado em 03/04/98, acrescentando aos argumentos expendidos na peça vestibular, o seguinte: "não tem



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

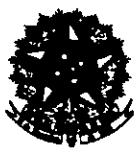
Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

qualquer fundamento a alegada discrepância entre os dados constantes do anexo 9 (fls. 122/123) e o anexo 8 (fls. 111/121), bastando, para excluir qualquer dúvida, conferir os números, datas e valores das Notas Fiscais de aquisição dos bens com os campos do citado relatório SCP 210, e atentando-se para o fato de que o adiantamento corresponde, na maioria dos casos, a um percentual da nota fiscal. Esse relatório, que é novamente anexado, traz assinalados os bens, os números, as datas, os fornecedores e valores das notas fiscais de aquisição, facilitando-se, assim a sua comparação com o anexo de folhas 122/123. Dessa comparação resulta constatar que os bens respectivos foram corrigidos a partir das datas de emissão das Notas Fiscais, restando, assim, a correção do adiantamento entre a data do mesmo e a da aquisição, o que está demonstrado às fls. 122/123.

Por fim, requereu a reforma da decisão, ora recorrida, para excluir da tributação as importâncias de NCz\$ 276.148,88 e de Cr\$ 16.348.605,27, relativas as parcelas remanescentes dos exercícios de 1990 e 1991, respectivamente, a título de correção monetária de adiantamentos a fornecedores de bens destinados ao ativo imobilizado, tendo anexado os documentos de folhas 228/274.

Às folhas 275/277, consta requerimento dirigido ao Delegado da Receita Federal de Julgamento em Recife, solicitando àquela autoridade que reconheça os recolhimentos efetuados, relativos a parte reconhecida como devida, no valor de 40.044,49 UFIR, como depósito prévio para garantia de instância, o que foi deferido pelo Delegado da Receita Federal em Recife, conforme documento às folhas 285, dos autos.

Os autos foram devolvidos à repartição de origem, conforme despacho da Terceira Câmara, deste Conselho de Contribuintes, para que a autuada fosse intimada a apresentar o comprovante de depósito para garantia de instância, previsto



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

na Medida Provisória Nº 1.621-30/97 e assim ter o seu recurso examinado por aquele Colegiado.

Atendendo ao despacho às folhas 286/287, desta Terceira Câmara, conforme acima mencionado, a autuada anexa aos autos (fls. 293/294), cópia dos ARF's, comprovando o recolhimento do depósito de 30% para garantia de instância.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

V O T O

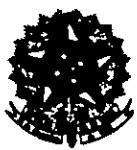
Conselheiro SILVIO GOMES CARDOZO, Relator

O recurso é tempestivo, tendo em vista que foi interposto dentro do prazo previsto no Artigo 33 do Decreto Nº 70.235/72, com nova redação dada pelo Artigo 1º da Lei Nº 8.748/93, inclusive, pelo fato de ter a Recorrente, efetuado o depósito para garantia de instância, previsto na Medida Provisória Nº 1.621-30/97, e portanto, dele tomo conhecimento.

Tendo em vista a decisão da autoridade julgadora de primeira instância, que considerou o lançamento parcialmente procedente, remanesce como matéria litigiosa, e, portanto, objeto do presente julgado, a falta de apropriação de receita de correção monetária sobre parcelas de adiantamentos a fornecedores de bens do Ativo Imobilizado, nos valores de NCz\$ 276.148,88 e de Cr\$ 16.348.605,27, correspondente aos exercícios de 1990 e 1991, respectivamente.

A questão nuclear do litígio diz respeito à matéria de prova, à vista dos argumentos expendidos pela recorrente em sua defesa, que, apesar do longo arrazoado e dos documentos anexados, concentrou-se resumidamente no fato de que a empresa apropriou a correção monetária nas contas do ativo imobilizado, a partir da data do faturamento dos respectivos bens, embora a baixa na conta referente aos adiantamentos realizados só tenha ocorrido em momento posterior.

Como é cediço, a correção monetária de balanço teve origem na Lei Nº 6.404/76, que introduziu na legislação comercial a filosofia e conceitos necessários ao reconhecimento contábil dos efeitos da inflação das demonstrações financeiras, objetivando fazer com que os demonstrativos contábeis refletissem a real situação



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

financeira e patrimonial e os resultados das operações realizadas pela empresa.

A legislação do imposto de renda, por sua vez, também objetivou expurgar da base de cálculo do tributo os efeitos inflacionários, ocorridos no período-base de apuração, estabelecendo certos critérios que deveriam ser observados pelo contribuinte, tendo o legislador determinado que: "os efeitos da modificação do poder de compra da moeda nacional, sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do período-base serão computados na determinação do lucro real mediante a correção monetária, por ocasião da elaboração do balanço patrimonial, das contas do ativo permanente e das contas do patrimônio líquido" (Lei Nº 7.799/89, Artigo 4º ).

Tendo em vista que o objetivo da sistemática da correção monetária das demonstrações financeiras é eliminar das contas de resultado os efeitos da inflação, não pode a sua utilização provocar distorções no resultado tributável, e, por essa razão, está assim redigido o Artigo 3º, do texto legal em comento:

**"Artigo 3º - A correção monetária das demonstrações financeiras tem por objetivo expressar, em valores reais, os elementos patrimoniais e a base de cálculo do imposto de renda de cada período-base.**

**Parágrafo Único - Não será admitido à pessoa jurídica utilizar procedimentos de correção monetária das demonstrações financeiras que descaracterizem os seus resultados, com a finalidade de reduzir a base de cálculo do imposto ou de postergar o seu pagamento."**

O contribuinte, ao utilizar a sistemática da correção monetária, também estará obrigado a observar outras disposições contidas na mencionada norma, dentre as quais se destacam, aquelas previstas nos Artigos: 11 – registro do ativo permanente; 12 – registros que permitam identificar os bens objeto de correção e 15 – manutenção do Livro Auxiliar em BTN Fiscal ou outro indexador legalmente previsto.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

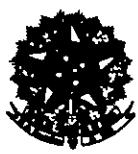
Ora, no caso presente, o Agente Fiscal procedeu ao lançamento tendo em vista, justamente, o fato de não ter identificado na escrituração da contribuinte a apropriação da receita de correção monetária, relativa a contra partida da atualização monetária das parcelas de adiantamentos feito a fornecedores de bens destinados ao Ativo Permanente da empresa, contrariando, assim, o disposto na legislação de regência, acima mencionado.

Examinando os autos, verifico que não há qualquer prova concreta que possa afastar a exigência do crédito tributário em discussão, e, observe-se, que a simples apresentação do "Livro Razão", assim como os mapas de correção monetária e razão auxiliar em OTN/BTN, seriam suficientes para demonstrar a adequação do procedimento adotado pela recorrente às normas legais aplicáveis à espécie.

No entanto, os documentos trazidos à colação demonstram, simplesmente, que a empresa adquiriu bens a fornecedores, sem que, no entanto, se possa daí concluir que os adiantamentos apontados pela autoridade fiscal no lançamento, referiam-se, realmente, àqueles determinados bens, tal como se verifica nas notas fiscais acostadas às folhas 228 e 229 dos autos.

Como os bens mencionados nas Notas Fiscais de folhas 228 e 229, que foram adquiridos em 1989, sendo parte através de financiamento bancário, penso que deveria a recorrente ter anexado aos autos cópia do Contrato de Financiamento, feito com a instituição credora (Banco Banorte de Investimentos S/A.), comprovando assim a parte financiada na operação. Apenas afirmar não é suficiente para descharacterizar o lançamento.

Quanto à alegação da recorrente, de que a Lei Nº 7.799/89 não estaria em vigor por ocasião do adiantamento feito no período-base de 1989, entendo que



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

descabre tal entendimento, face o disposto no Artigo 29, da citada lei, que determinou que "a correção monetária de que trata esta Lei será efetuada a partir do balanço levantado em 31 de dezembro de 1988", razão pela qual, ratifico a decisão da autoridade julgadora de primeira instância, que muito bem enfrentou o argumento apresentado pela autuada.

Com relação aos adiantamentos feitos no período-base de 1990, da mesma forma do período-base anterior, a recorrente para infirmar a exigência, anexa diversas notas fiscais, de vários fornecedores, onde fica comprovado, apenas, a aquisição dos bens listados nos referidos documentos fiscais. Não há conexão concreta entre os adiantamentos realizados e os bens constantes das notas fiscais apresentadas pela recorrente. Não há prova de que os adiantamentos fornecidos pela empresa foram realizados para adquirir aqueles bens.

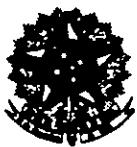
A respeito das provas a serem produzidas pelas partes envolvidas na relação jurídico-tributária, muito bem argumentou o ilustre Conselheiro dessa Câmara, Dr. Edson Vianna de Brito, no voto prolatado no processo Nº 13802.001370/95-97, do qual peço vênia para transcrever abaixo trechos do seu voto:

"Inicialmente, devemos atentar para o disposto nos arts. 17 e 29 do Decreto nº 70.235, de 1972, que regula o processo administrativo fiscal:

Tais dispositivos estão assim redigidos:

"Art. 17 – Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante, admitindo-se a juntada de prova documental durante a tramitação do processo, até a fase de interposição do recurso voluntário."

"Art. 29 – Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar as diligências que entender necessárias."



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

Do texto transrito, verifica-se a explicitação do princípio da livre convicção na apreciação das provas. Este princípio, por sua vez, depende, evidentemente, das provas carreadas aos autos pelas partes envolvidas na relação processual.

A prova tem por objetivo, portanto, convencer o julgador quanto à existência dos fatos sobre os quais versa a lide.

Observe-se, por sua vez, que todos os meios de prova admitidos em direito podem ser utilizados na comprovação dos fatos. Este é o comando inserto no art. 332 do Código de Processo Civil, que está assim redigido:

**"Art. 332 – Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa."**

Já no âmbito da legislação do imposto de renda, a lei atribuí ao contribuinte a obrigação de manter escrituração regular apoiada em documentação hábil, segundo a natureza dos fatos. Ao fisco cabe a prova da inveracidade dos fatos ali registrados.

**" a lei atribuí presunção de veracidade às declarações e aos esclarecimentos prestados pelo sujeito passivo. Todavia, os mesmos poderão ser impugnados ou ignorados se a fiscalização dispuser de elementos seguros de prova, ou indício veemente de sua falsidade ou inexatidão. Nesse sentido é o comando contido no § 2º do art. 678 do precitado Regulamento do Imposto de Renda:**

**"Art.678 (...)**

**§ 2º Os esclarecimentos prestados só poderão ser impugnados pelos lançadores com elemento seguro de prova ou indício veemente de falsidade ou inexatidão (Decreto-lei nº 5.844/43, art. 79, §1º).**

Pode-se afirmar, portanto, caber à autoridade fiscal o ônus de provar inexatidão ou omissão do contribuinte, sendo vedado o lançamento do tributo com base em meras presunções, ou em fatos alegados, mas não provado nos autos. Tais provas podem ser diretas ou indiretas.

A prova indireta, como bem afirmou o ilustre Conselheiro Urgel Pereira Lopes no Acórdão CSRF nº 01-0.004, de 26 de outubro de 1979:

**"é feita a partir de indícios que se transformam em presunções.**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

Constitui o resultado de um processo lógico, em cuja base está um fato conhecido (índicio), prova que provoca a atividade mental em persecução do fato desconhecido, o qual será causa ou efeito daquele. O resultado desse raciocínio, quando positivo, constitui a presunção.

Enfim, trata-se de conhecido e reconhecido silogismo, amplamente utilizado no Direito Processual Civil."

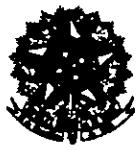
Nessa situação, pois, não há que se exigir do fisco qualquer outro meio de prova. Pelo contrário, na ocorrência desta hipótese, o ônus da prova passa a ser do contribuinte. Este, com os meios de prova admitidos em direito, deve afastar a presunção sobre a qual se baseia o fisco para exigência do crédito tributário.

O mesmo procedimento deverá ter o contribuinte nas hipóteses de lançamento com base em presunção legal, isto é, presunção admitida em lei, uma vez que há a inversão do ônus da prova, ou seja, esta deverá ser produzida pelo contribuinte de forma a afastar a exigência do crédito tributário."

Do texto acima transcrito pode-se concluir que tendo o fisco constatado a existência de irregularidades, com reflexos fiscais, seja mediante prova direta ou indícios, cabe ao contribuinte apresentar a contraprova, de forma a afastar a exigência do crédito tributário, o que, evidentemente, não ocorreu no caso dos autos.

Assim, diante dos argumentos acima expendidos, e, considerando que o objetivo maior do processo administrativo fiscal é a busca e o encontro da verdade material, através do já mencionado princípio do livre convencimento motivado do julgador, salvo os casos em que se exige prova legal, cuja valoração e aceitação são prefixadas pelo legislador, é de se manter a exigência fiscal.

Pelas mesmas razões acima apresentadas e tendo em vista a relação de causa e efeito entre o lançamento principal e os seus decorrentes, mantenho a exigência relativa à Contribuição Social sobre o Lucro.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10480.004964/94-61  
Acórdão nº : 103-20.138

**C O N C L U S Ã O:**

Ante o exposto, oriento meu voto no sentido de NEGAR provimento ao recurso voluntário interposto por BORBOREMA IMPERIAL TRANSPORTES LTDA.

Sala das Sessões - DF, em 09 de novembro de 1999

  
SILVIO GOMES CARDOZO

